

**O turismo rural pensado como política pública para o desenvolvimento econômico, social e a preservação histórica: o caso “Caminhos do Brasil Imperial”**

**Rural tourism considered as a public policy for economic and social development and historical preservation: the case "Paths of Imperial Brazil"**

DOI:10.34117/bjdv5n6-135

Recebimento dos originais: 18/04/2019

Aceitação para publicação: 03/05/2019

**Marcio Silva Borges**

Doutor em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária - PPGCTIA pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Avenida Governador Roberto Silveira, S/N - Moquetá, Nova Iguaçu – RJ, Brasil

E-mail: msborges@hotmail.com

**Patricia Cipriano Barcellos da Silva**

Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Avenida Governador Roberto Silveira, S/N - Moquetá, Nova Iguaçu – RJ, Brasil

E-mail: patriciabarcellosrj@hotmail.com

**RESUMO**

O presente trabalho é fruto de uma inquietação acerca do papel que a importância de uma política pública deveria ter num setor tão promissor como é o turismo rural no Brasil. O que se pretendia no passado dar um novo sentido ao meio rural, a mão do Estado pode ser o impulsionador, e, porque não o facilitador de uma valorização do campo com geração de renda, emprego e cultura. O turismo como produto dessa pluriatividade reitera essa concepção de valor ao que é pertinente ao espaço rural. O presente trabalho buscou analisar o Projeto Tour da Experiência “Caminhos do Brasil Imperial”, sob a perspectiva dos gestores dos estabelecimentos turísticos, enquanto política pública de incentivo ao turismo no município de Vassouras, Rio de Janeiro. A amostra da pesquisa foi do tipo intencional não probabilística, a análise se delimitou aos estabelecimentos certificados do município de Vassouras. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, documental e visitas foram realizadas aos estabelecimentos participantes do projeto, por meio de entrevistas roteirizadas. O projeto, enquanto uma política pública elaborada pelo Ministério do Turismo em parceria com instituições privadas como o SEBRAE e IMB conseguiu atender alguns quesitos, tais como, estabelecer-se como uma renda importante aos proprietários das fazendas e do hotel, constituição de postos de trabalho, bem como no desenvolvimento de redes e na tomada de decisão. Por outro lado, algumas fragilidades foram observadas, como a falta de presença do ente público na execução do projeto delegando aos parceiros privados sua implantação e certificação, não tendo qualquer controle desse processo, tudo o que não se espera de uma política pública. As conclusões da pesquisa não devem ser generalizadas, uma vez que o

recorte analisado da pesquisa se restringiu a um município e amostra pequenos, o que reforça a necessidade contínua de pesquisa.

**Palavras-chave:** Turismo Rural. Projeto Tour da Experiência. Vale do Café.

## **ABSTRACT**

This paper is the result of a concern about the role that the importance of public policy should have in a sector as promising as rural tourism in Brazil. What was intended in the past to give a new meaning to the rural environment, the hand of the State can be the driving force, and, why not the facilitator of a valorization of the countryside with income generation, employment and culture. Tourism as a product of this pluriactivity reiterates this conception of value to what is pertinent to the rural space. The present work sought to analyze the Tour Project of the Experience "Paths of Imperial Brazil", from the perspective of the managers of tourist establishments, as a public policy to encourage tourism in the city of Vassouras, Rio de Janeiro. The research sample was of the non-probabilistic intentional type, the analysis was delimited to the certified establishments of the municipality of Vassouras. To do so, a bibliographical, documentary and visits were made to the establishments participating in the project, through scripted interviews. The project, while a public policy developed by the Ministry of Tourism in partnership with private institutions such as SEBRAE and IMB was able to meet certain requirements, such as establishing as an important income to the owners of the farms and the hotel, job creation, as well as the development of networks and decision-making. On the other hand, some weaknesses were observed, such as the lack of presence of the public entity in the execution of the project, delegating to the private partners their implementation and certification, not having any control of this process, all that is not expected of a public policy. The research findings should not be generalized, since the analysis cut of the research was restricted to a small municipality and sample, which reinforces the continuous need for research.

**Keywords:** Rural Tourism. Experience Tour Project. Coffee Valley.

## **1 INTRODUÇÃO**

O espaço rural brasileiro sofreu muitas transformações desde meados do século passado, de uma conjuntura onde a atividade agrícola era o cerne da economia rural, baseando seu universo nas famílias e nas empresas relacionadas ao setor agrícola. A atividade agrícola norteava as relações econômicas e sociais, entre os constituintes do espaço rural e também com os que estavam de fora desse meio, no espaço urbano (FAVARETO, 2007).

Contudo, fatores externos trouxeram novas perspectivas e o panorama do espaço rural assumiu novas vertentes. As perspectivas de escassez de alimentos face ao crescimento populacional estimularam pesquisas em prol do aumento da produtividade agrícola e, por consequência, a inserção de insumos biológicos e químicos com esse objetivo. A chamada Revolução Verde manifestou-se no país sob o custeio e incentivo do Estado e através do advento de aditivos, desde a modificação genética de sementes tornando-as mais resistentes

às pragas e intempéries, logo, mais produtivas, aliada à produção de insumos fertilizantes e pesticidas para maior controle da produção (ALMEIDA, 2009). Concomitante a esse período o processo de industrialização permitiu a entrada de equipamentos que auxiliavam o processo produtivo, com maquinários multifuncionais mais rápidos que a mão de obra dos trabalhadores rurais.

Consolidava-se uma nova conjuntura social, econômica e ambiental na década de 1960, marcadas pela chegada da “modernização” ao espaço rural (BALSAN, 2006). O problema da falta de alimentos estava sendo administrada com o aumento da produtividade, a agricultura brasileira agora marcada pela monocultura capitalista entrava no mercado internacional de *commodities* e o desenvolvimentismo abria possibilidades promissoras ao crescimento do país (WANDERLEY, 2009). Logo essas modificações foram associadas à expansão do espaço urbano, gerando interpretações que defendiam a ideia de urbanização do espaço rural e previsões ao seu fim.

Ocorre que no mesmo período culminavam discussões de correntes ambientalistas sobre os impactos desse desenvolvimentismo, questionando seus custos socioambientais e propondo uma reinterpretação ao conceito de desenvolvimento. Somado a isso as consequências da “industrialização do campo”, como a sobrecarga de plantios consecutivos e a contaminação do solo pelos insumos, além das repercussões sociais provenientes da necessidade de adaptação do produtor familiar rural, trouxeram novas perspectivas ao espaço rural (BALSAN, 2006).

Face à substituição da mão de obra de trabalhadores rurais por maquinários agrícolas e por profissionais com maior nível de tecnicidade para atender às novas demandas dessa industrialização, o êxodo rural foi veemente. Em busca de novas oportunidades de trabalho, os trabalhadores rurais migraram para o espaço urbano ocupando as periferias por não terem aportes financeiros para os custos da vida urbana. Os que ficaram no campo buscaram em outros segmentos da agropecuária a manutenção de suas propriedades, como o cultivo hidropônico e orgânico, a produção de artesanato e compotas, a criação de animais exóticos para abastecimento de restaurantes e outras atividades como o turismo (MAESTRELLI, 2002).

Não se trata mais do fim do espaço rural por sua crescente urbanização, nem da identificação do espaço rural pelo que não é urbano ou como sinônimo do que não é desenvolvido, mas trata-se de uma ressignificação na qual tem o homem do campo como cerne da transformação. Essa adaptação do produtor rural só reafirmou sua capacidade de

viver dos frutos que o espaço rural pode lhe oferecer, usando seu conhecimento e os valores de seu patrimônio cultural para extrair seu sustento da terra, mas de outras formas. O turismo como produto dessa pluriatividade reitera essa concepção de valor ao que é pertinente ao espaço rural, sendo esta a atratividade de suas segmentações turismo rural e agro turismo.

O estudo sobre o fenômeno turístico tem sido crescente, sendo capitaneado por estudiosos de diversas áreas, sejam das áreas de ciências humanas ou sociais, registra-se um relevante desenvolvimento de pesquisa científica sobre o tema. Destaca-se que este movimento não traz resultado apenas do ponto de vista quantitativo, mas também qualitativamente.

O Tour da Experiência é apresentado como um Programa do Ministério do Turismo (MTur) em parceria com as instituições Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Instituto Marca Brasil (IMB), sendo que atualmente se distribui em diferentes regiões brasileiras a partir de projetos, como o recente projeto implantado no Vale do Café.

Por se tratar de uma ação pública que se destina diretamente à iniciativa privada, algumas questões orientam esta investigação em relação às políticas que são elaboradas pelo Estado, mas uma questão central norteia esta pesquisa:

Como o Projeto Tour da Experiência em Vassouras foi percebido pelos gestores privados enquanto política pública no município fluminense de Vassouras?

Assim, como objetivo geral, esta pesquisa pretendeu:

➤ Analisar o Projeto Tour da Experiência “Caminhos do Brasil Imperial” sob a perspectiva dos gestores dos estabelecimentos.

Como objetivos específicos:

- Apresentar a política pública de turismo no Brasil;
- Apresentar o projeto de Tour da Experiência “Caminhos do Brasil Imperial”;
- Descrever sob o ponto de vista dos gestores dos estabelecimentos, aspectos relativos à implantação no município de Vassouras.

A intenção de abordar a temática sobre o turismo rural como promotor do desenvolvimento local vem da percepção sobre o potencial de efetividade que esse segmento do turismo pode propiciar ao desenvolvimento do território. O turismo rural como atividade complementar no espaço rural tem a capacidade de proporcionar ao pequeno produtor agropecuarista geração de renda para suprir as demandas quando sua produção já se demonstra economicamente insuficiente, além de ser uma forma de valorizar o que o

constitui como homem do campo – suas tradições, o seu modo de vida, sua forma de produção baseada na agricultura familiar, seus conhecimentos relacionados intrinsecamente com a observação empírica e a experimentação. Seria possível descrever inúmeros elementos que dão especificidade e valor ao produtor rural, mas limitando-se ao patrimônio cultural de seus hábitos e modo de vida, já é possível identificar a atratividade da demanda turística pelo turismo rural.

O turista que busca experiência visa buscar o espaço rural para experimentar suas peculiaridades – a culinária, a hospedagem numa propriedade rural, a forma de produção, o consumo dos produtos agropecuários ou artesanais direto de seu produtor e também o contato com a natureza, mas com a predileção pela vista cênica modificada pela produção rural.

Este conceito de experimentar as atividades turísticas que são oferecidas é compartilhado por muitos autores, dentre os quais, Dias (2003) defende o turismo de experiência como um reflexo dos novos anseios e buscas da sociedade pós-moderna. Ainda, de acordo com o autor, o “novo” turista não quer apenas contemplar belas paisagens e reconhecer suas informações gerais, mas sim, que ele agora pretende vivenciar o novo, o diferente, sentir a sutileza, interagir, se emocionar e experimentar sensações inesquecíveis (DIAS, 2003, p. 32).

E justamente essa valorização pelo que é peculiar ao espaço rural auxilia na promoção de desenvolvimento nesse espaço. Esse interesse pode permitir ao produtor agropecuarista que não abandone suas atividades em busca de outra no espaço urbano para prover o sustento de sua família e de sua propriedade, mas o estimula a perpetuar suas habilidades e seus hábitos que constituem a atratividade ao turista. Este produtor conseqüentemente pode fazer uso de meios de produção que sejam menos danosos ao meio ambiente a fim de perpetuar o uso do espaço rural, seja para fins agropecuários ou para fins turísticos. Quanto ao desenvolvimento econômico, por sua vez, este será fomentado pela geração de renda através da hospedagem, da alimentação, do passeio a cavalo, da comercialização do artesanato e dos produtos agroindustriais e de tudo mais que a atividade turística possa prover em renda.

A opção pelo tema é produto da vivência acadêmica e particular do autor que permitiram conhecer a relação do turismo com o espaço rural tanto da perspectiva do produtor rural, como do turista. O pesquisador deste trabalho é professor na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, lotado no Departamento de Administração e Turismo.e,

também é fruto do seu Trabalho de Conclusão do Curso em mais um bacharelado conquistado, agora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul apresentado e aprovado em 06 de dezembro de 2017.

Por esta razão, o proponente viajou à região como um turista, para vivenciar as atividades de experiências propostas, e, ao mesmo tempo, valendo-se da técnica de observação e de anotações dos relatos induzidos e espontâneos dos empreendedores obteve informações importantes.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 UMA VISÃO SISTÊMICA DO TURISMO**

Rompendo com a concepção de indústria do turismo pela grandiosidade dos impactos econômicos e financeiros que a atividade pode gerar, a visão sistêmica do turismo traz a percepção de uma grande conjuntura interligada que abrange mais do que a cadeia produtiva do turismo. Baseando-se na Teoria Geral dos Sistemas, elaborada pelo biólogo alemão Ludwig Von Bertalanffy em 1977, a qual estabelecia as bases da abordagem sistêmica para a metodologia científica, alguns autores de turismo criaram representações do sistema turístico seguindo essa metodologia. De acordo com Dias (2005) evidenciou-se que:

Essa teoria identificou entidades que não eram um simples somatório de suas partes componentes, mas o resultado de complexas interações de um conjunto perfeitamente identificado, ou seja, um sistema em que as diversas partes que o compõem estão inter-relacionadas. (DIAS, 2005, p. 23).

Essa concepção do sistema turístico o pressupõe como um complexo cujas inúmeras partes componentes se relacionam e interagem entre si. Quando usado por um pesquisador, a análise do sistema turístico facilita a compreensão dessas inter-relações e influências recíprocas dos elementos componentes desse sistema, e auxilia na tomada de decisão e no planejamento, bem como na elaboração de políticas públicas para o setor. E, em função do efeito multiplicador da atividade turística, os desmembramentos do sistema turístico (SISTUR) são amplos por contemplar mais entidades que a cadeia produtiva especificamente. São alguns dos elementos constituintes do SISTUR as ciências como Economia, Antropologia, Ecologia, Direito, Geografia, Administração, numa ampla rede interdisciplinar que constituem subsistemas dentro do SISTUR que assumem modelos diversos, de acordo com as relações entre seus elementos, num sistema aberto e expansível

que permite a identificação de suas características e elementos (BENI, 2007).

Essa abrangência do sistema turístico se faz presente nos estudos da área em função de sua multidisciplinaridade, definida por Pires (1998) como espelho da multifuncionalidade proveniente da atual reorganização do trabalho que influencia a organização da vida social e os currículos disciplinares. Reiterando essa procedência, Silva e Bezerra (2011, p. 38) afirmam que a superespecialização promoveu uma segmentação que dificultou a interatividade entre as disciplinas, posto que “ao mesmo tempo em que houve avanços, aprofundamentos de saberes, ocorreram também distanciamento entre as disciplinas levando a prejuízos no desenvolvimento e na construção do conhecimento interativo”.

Contudo, a multidisciplinaridade não representa ainda plenamente as inter-relações ocorridas entre as ciências componentes do SISTUR, esgotando-se “nas tentativas de trabalho conjunto, pelos professores, entre disciplinas em que cada uma trata de temas comuns sob sua própria ótica, articulando, algumas vezes bibliografia, técnicas de ensino e procedimentos de avaliação” (PIRES, 1998, p. 175).

Apesar de sua representatividade quanto à proximidade das diversas ciências que constituem o SISTUR, como a Economia e a Estatística, a Geografia e a Ecologia, é na interdisciplinaridade que suas inter-relações são mais bem representadas. Isso porque o conceito de interdisciplinaridade, segundo Pires (1998), está atrelado à ideia de formação da totalidade, superando a desarticulação e a superespecialização. Silva e Bezerra (2011) defendem que a interdisciplinaridade proporciona abordagens e aprofundamentos que uma visão individualizada não permitiria alcançar nos estudos, o que não se restringe somente a estudo do SISTUR, mas:

“... uma forma de interação entre saberes tem que estar presente desde a formação básica do indivíduo para que assim ele tenha a capacidade de desenvolver aquilo que é peculiar ao ser humano, que é ver o todo, de forma integrada” (2011, p. 40).

Compreender a organização do SISTUR e a abrangência que as inter-relações de suas ciências constituintes podem alcançar é imprescindível para estudar a segmentação do turismo, principalmente porque sua segmentação é a própria confirmação do espraiamento que ocorre nesse sistema. Ao considerar essa interdisciplinaridade do SISTUR,

“o turismo deixa de ser atividade meramente utilitária, com todas as distorções provocadas por tal enfoque, e passa a ser um ‘espaço’ qualitativamente diferente e

superior, a partir do qual pode injetar renovada energia e informação aos sistemas social e cultural” (BENI, 2007, p. 56).

E a constituição desse espaço não determinado pelas fronteiras físicas ou políticas, mas entrecortado dentro do espaço geográfico, demonstra o alcance do sistematurístico, o qual será mais bem detalhado na próxima seção deste capítulo.

## 2.2 O SISTEMA TURÍSTICO: SEGMENTAÇÃO E TIPOS DE TURISMO NO BRASIL E EM SEU ESPAÇO RURAL

Por ser uma atividade variada em seu alcance, inter-relacionada a muitos sistemas, o turismo se torna diverso em sua execução para atender aos mais distintos nichos, numa diversidade de atrativos que corresponde à heterogeneidade de motivações de sua demanda. Dispõe de uma ampla segmentação de mercado, a qual é definida por Dias (2005) como a divisão de demanda pelos interesses, agrupando os consumidores (turistas) de acordo com suas preferências e características. Dessa forma, é possível organizar a execução da atividade, elaborar políticas públicas segmentadas, direcionando ações específicas para cada grupo, estes estabelecidos a partir da caracterização e interesses da demanda ou pelas características e peculiaridades da oferta ou atrativoturístico. Com base na análise do perfil da demanda turística no Brasil, o Ministério do Turismo (MTur) identificou nove padrões que se subdividem em suas especificidades e são usadas para tentar identificar quais são as melhores ações para a gestão do turismo de acordo com as informações que esses padrões podem fornecer. Os padrões de segmentação da demanda turística usados pelo Mtur são:

Segmentação geográfica – que analisa a origem do viajante, segmentação demográfica e socioeconômica, segmentação de idade e ciclo de vida, de gênero, de renda, de formação e nível educacional, segmentação psicográfica – que considera o estilo de vida e valores do viajante, segmentação comportamental e os padrões de consumo (Mtur, 2010).

Sobre a variedade de segmentos da oferta turística no Brasil, numa publicação anexa do documento “Segmentação do Turismo e Mercado” lançado em 2010 intitulada Marcos Conceituais, o MTur identificou doze segmentos, conforme se observa na figura 1.

Não menosprezando os demais segmentos, mas na intenção de cumprir a revisão de um projeto focado em uma antiga região cafeeira do período imperial brasileiro, a análise e

especificação se atentarão somente ao segmento especificado de turismorural.

Segundo o Ministério do Turismo (2010), as atividades de lazer consideradas como turismo rural já eram realizadas na Europa em meados do século XX, porém somente na década de 1980 teve seu marco inicial aqui no Brasil como produto do advento da pluriatividade do campo entre as atividades econômicas alternativas à produção agropecuária realizadas pelos pequenos produtores rurais. Cabe ressaltar que diferentemente de seu sucessor, o turismo em espaços rurais engloba diferentes atividades de turismo como ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, desde que sejam realizadas no espaço rural, tal qual diferencia a publicação do Ministério do Turismo intitulada “Panorama do turismo Rural na Agricultura familiar” (2006, p. 05).

Apesar de ambos fazerem uso de um espaço caracterizado por uma paisagem que é marcadamente identificada pela prática de atividades agrárias passadas ou ainda presentes (RODRIGUES, 2000), o turismo rural pressupõe integração com o espaço onde se realiza com as práticas agropecuárias. Dessa forma, de acordo com a publicação “Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil”, lançada em 2003 pelo MTur,

Turismo rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, MTur, 2003, p. 11).

O município de Lages, localizado no Estado de Santa Catarina, é reconhecido como o primeiro município a implementar atividades de turismo rural pela iniciativa da Fazenda Pedras Brancas que em 1984, abriu suas instalações à visitação como hotel-fazenda, permitindo ao viajante conhecer as ações cotidianas do produtor rural como ordenha, cultivo e tosquia (RODRIGUES, 2000). Segundo a autora, a fazenda propôs “um dia no campo” oferecendo o pernoite e a participação nas lidas do campo, ação rapidamente propagada nas demais propriedades da região, como a Fazenda do Barreiro e a Fazenda Boqueirão, e gradativamente nos demais municípios da região Sul e Sudeste, popularizando a prática.



Figura 1: Segmentação do turismo no Brasil

Fonte: MTur (2010)

De acordo com o MTur (2006) a atratividade gerada por essa segmentação se baseia em fatores como o desejo de conviver com o modo de vida, costumes, tradições e com a forma de produção do homem do campo, valorizando a experimentação do espaço rural por quem não vivencia essa realidade. Ao produtor rural a atratividade baseia-se na geração de renda através da comercialização de hospedagem, alimentação, visitação a propriedades rurais, entretenimento com atividades relacionadas ao espaço rural e também comercialização dos produtos *in natura* ou produzidos em sua propriedade, como compotas, queijos, embutidos e artesanato. Além disso, a atratividade do turismo no espaço rural permeia também a valorização do território rural, ao promover o resgate do valor ao patrimônio cultural das tradições rurais e à conservação do ambiente natural.

Sobre esse resgate, alguns autores chamam a atenção para o diferencial que a presença do turismo rural pode provocar como atividade complementar às funções tradicionais do campo. Parraet *al*(2006, p. 31) aponta elementos fundamentais à execução da atividade turística no espaço rural, reconhecendo que as propriedades precisam ser adaptadas ao recebimento de hóspedes, mas ressalta que devem ser “comprometidas com a produção agropecuária, com a comunidade local, com o meio ambiente e com a cultura regional”. O autor ainda ressalta a questão do atendimento familiar posicionando o turismo como uma atividade conjunta à agricultura familiar “resgatando a riqueza e as variedades da cultura do

meio rural e promovendo agregação de valor aos produtos oriundos do campo, bem como sua verticalização” (*ibidem*). Também no documento Marcos Conceituais, o próprio MTur enfatiza que os empreendedores desse segmento devem:

Contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os costumes, os ofícios, as festas, os “causos”, a culinária), e primar pela conservação do ambiente natural, da paisagem e cultura (o artesanato, a música, a arquitetura) (BRASIL, MTur, 2010, p. 51).

A partir dessa valorização da manutenção das atividades agrícolas pela propriedade rural que se tornou um destino turístico, surgiu uma derivação desse segmento – o agroturismo. A definição se assemelha à de turismo rural, sendo especificamente menos abrangente que seu predecessor, e foi definida pelo MTur como se apresenta a seguir:

O que se denomina *Agro turismo* compreende as atividades turísticas internas à propriedade, que geram ocupações *complementares* às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade (BRASIL, MTur, 2010, p. 51).

Parra *et al* (2006) definem a atividade como uma modalidade de turismo rural ofertada pelos agricultores familiares que desejam compartilhar seu modo de vida e de produção com os viajantes. Segundo as autoras o agro turismo teve seu marco inicial na década de 1980, na região serrana do estado do Espírito Santo, especificamente na Fazenda Carnielli. A atitude pioneira logo foi seguida pelas fazendas dos arredores que passaram a dedicar-se ao agro turismo como manifestação da pluriatividade das propriedades agropecuaristas da região.

Já Silva *et al*(1998) trazem uma ponderação importante a respeito desse segmento, reiterando a definição de atividade complementar às atividades agrícolas, como agregação de serviço e forma de “valorização dos bens não materiais das propriedades rurais” (p. 119). Os autores definem como atividades associadas ao agro turismo a hospedagem no fazenda-hotel, o pesque-pague, a venda de produtos *in natura* direta do produtor “e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo”.

As questões conceituais referentes à denominação de turismo rural, turismo em áreas rurais e agro turismo podem enveredar para questionamentos paradigmáticos, tendo em vista

a ambiguidade dos conceitos que se relacionam tão intrinsecamente que esbarram e se confundem com seus predecessores.

Silva *et al* (1998) já alertavam para a falta de precisão nas conceituações sobre as atividades de turismo realizadas no espaço e quase vinte anos depois ainda temos interpretações conflitantes sobre o tema. Rodrigues (2000) traz um detalhe importante para essa diferenciação: a relação do proprietário com o entorno onde se localiza. Segundo a autora a identificação dessa relação permite compreender se tratar apenas da exploração comercial e uso de um destino turístico ou se de fato há uma ligação histórica e afetiva com o lugar.

Comumente os proprietários de empreendimentos do segmento de turismo rural não possuem vínculo com o espaço rural, fazendo uso de instalações que antes possuíam cunho rural, mas foram adaptadas para se tornar meios de hospedagem, por exemplo. Isso não significa que deixariam de se enquadrar no segmento de turismo rural, pois ainda assim, usam os hábitos e tradições rurais como diretrizes do empreendimento. Contudo, não poderiam se categorizar como agroturismo por não constituir uma propriedade agropecuária cujo proprietário utiliza o modelo de produção da agricultura familiar, tendo no turismo uma atividade complementar e que assume a premissa de valorizar a cultura e as tradições rurais (SILVA *et al*, 1998).

Assim, não é uma tarefa elementar elaborar uma política pública voltada para o setor de turismo rural, que o fomenta e desenvolva economicamente e socialmente o território que se insere, pois também é necessário avaliar que tipo de turismo se está tentando alcançar, quais são as características intrínsecas a ele, qual o público a ser atingido e o tipo de atividades que se quer contemplar. Na próxima seção do capítulo será apresentada a importância do turismo no Brasil, e, como consequência a elaboração de uma pauta nacional de políticas públicas que contemplem o setor.

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa, quanto à abordagem, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa. De acordo com Gil (2007), este tipo de abordagem favorece o entendimento do processo e seu significado, ou seja, os dados obtidos não são objetivos, e o propósito não é contabilizar quantidades como resultados, mas sim conseguir compreender o comportamento de determinado grupo-alvo.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se valeu de um estudo do tipo descritivo, quando prioriza a interpretação dos fenômenos envolvidos lhes atribuindo significados, tal escolha segue os princípios de Gil (2007).

A amostra da pesquisa foi do tipo intencional não probabilística. Neste contexto, a análise se delimitou aos estabelecimentos do município supracitado, onde cinco deles foram certificados: dois hotéis, um restaurante e duas fazendas. O município de Vassouras se destaca entre os demais municípios por conta de ter sido o principal município do período do Ciclo do Café Fluminense, sede das principais fazendas.

Este trabalho fez uso também de pesquisa bibliográfica e documental acerca do Projeto Tour de Experiência Caminhos do Brasil Imperial, implantado no município de Vassouras no ano de 2013.

O estudo utilizou técnicas da pesquisa bibliográfica, observação e documental, pois coletou e analisou ainda de maneira superficial materiais que fizessem referência ao Selo “Tour da Experiência: Caminhos do Brasil Imperial”.

Os dados primários foram obtidos através de entrevistas realizadas em visitas aos estabelecimentos turísticos de Vassouras no mês de abril de 2017. Por meio de um roteiro de perguntas foi possível obter e anotar relatos dos gestores dos estabelecimentos participantes do projeto. De um total de 5 estabelecimentos cadastrados no projeto, foram visitados 3 estabelecimentos resultando 1 entrevista intencional com cada um dos gestores responsáveis que pudessem opinar ou explicar o que foi o projeto para o seu negócio, para o desenvolvimento do turismo na cidade e quais instituições públicas ou privadas implantaram e executaram o projeto “Caminhos do Brasil Imperial”.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

No município de Vassouras, foram cinco empreendimentos que conseguiram alcançar as metas estabelecidas pelo SEBRAE e por isso foram contemplados com a certificação do selo “Tour da Experiência”, destes, foram efetivamente visitados três (quadro 1), são eles:

Quadro 1: Empreendimentos de Vassouras certificados pelo Tour da Experiência

<b>Empreendimentos</b>	<b>Produto da Experiência</b>
<b>Fazenda Cachoeira Grande</b>	Banquete imperial e visita às acomodações antigas e histórias de visitas ilustres da época

<b>Fazenda Santa Eufrásia</b>	Piquenique imperial
<b>Hotel Mara Palace</b>	Chá com a baronesa Eufrásia Teixeira

Fonte: Folder de divulgação do Tour da Experiência no Vale do Café, 2015.

Questionados sobre como foi a abordagem dos gestores do Tour da Experiência no Vale do Café, todos os responsáveis pelos estabelecimentos visitados explicaram que o SEBRAE explicou que os produtos inovadores deveriam ser criados respeitando o período histórico em questão: o Império.

Mesmo com a orientação, não houve um assessoramento como deveria ser elaborado o produto e/ou serviço, apenas que esta oferta seria condição para certificação. Na fala dos respondentes isto é evidenciado, sugerindo que os gestores privados pesquisaram sozinhos os itens históricos, ou, trabalharam em cima daquilo que já faziam com algumas alterações.

Seria de esperar que com a expertise dos estabelecimentos já consolidada por muitos anos atuando na cidade, oferecendo produtos análogos ao período do império brasileiro e da produção cafeeira, todos receberiam suas certificações a contento. Entretanto, não foi esta realidade encontrada pelo pesquisador nas experiências analisadas, como será apresentado e discutido no próximo tópico deste item.

## 5 CONCLUSÕES

É indiscutível a importância do setor turístico rural, à medida que possibilita a permanência do homem no campo, proporciona uma atividade econômica complementar à atividade agropecuária desenvolvida ou até mesmo principal, desenvolve redes, capacita produtor na tomada de decisão, empreende novos produtos, resgata tradições, valoriza a história do país, gera renda e cidadania. Sob estes aspectos, foi possível identificar uma perspectiva positiva por parte dos gestores dos estabelecimentos, a política pública conseguiu prover de subsídios gerenciais e dinamizar o negócio dos entrevistados.

Visto sob estes aspectos, o Projeto Tour da Experiência “Caminhos do Brasil Imperial” apresentado, enquanto uma política pública elaborada pelo Ministério do Turismo em parceria com instituições privadas como o SEBRAE e IMB conseguiu atender alguns quesitos, sob a perspectiva dos gestores privados, estabelecer-se como uma renda importante aos proprietários das fazendas e do hotel, constituição de postos de trabalho, bem como no desenvolvimento de redes e na tomada de decisão. O que se antes se pensava numa ação isolada, agora os gestores estão capacitados a pensar suas propriedades como empresas que

precisam se inserir num mundo competitivo. Ações de marketing, desenvolvimento de produtos, inovação no atendimento ao hóspede, publicidade da região foram, sem dúvida, as grandes potencialidades que o projeto conseguiu proporcionar.

Por outro lado, algumas fragilidades foram observadas, como a falta da presença do ente público na execução do projeto. O que se percebeu foi que o projeto idealizado pelo governo foi delegado, enquanto implantação, execução e certificação, aos seus parceiros privados, não tendo qualquer controle desse processo. Assim, fica a dúvida se de fato as certificações das propriedades ocorreram por conta da meta prevista no projeto para tal, ou, se realmente as mesmas foram merecedoras da certificação. Até mesmo os produtos e/ou serviços já eram oferecidos, questiona-se, assim sua inovação ou seria uma “adequação” à proposta do projeto, alguns deles nem mesmo condiziam o com o momento histórico “imperial” que dá o nome ao projeto.

Como limitações da pesquisa apresentada, o processo metodológico como a coleta de dados o que a princípio poderia ser caracterizado uma fragilidade, uma vez que a transcrição dos relatos careceram de uma instrumentalização científica formalizada pesquisador-respondente; existe a potencialidade dos mesmos serem os mais fidedignos possíveis, pois o pesquisador vivenciou propriamente como o projeto se desenvolveu e afirmou suas experiências como um turista, traçando suas próprias conclusões acerca do Tour da Experiência conforme foi proposto.

Vale ressaltar ainda que o proponente deste trabalho tenha tentado buscar atingir os objetivos da pesquisa, o tema é bastante vasto e instigante ao mesmo tempo, uma vez que o recorte analisado da pesquisa se restringiu a um município e amostra pequenos, o que reforça a necessidade contínua de pesquisa.

Como propostas futuras, o projeto poderia também focar nos aspectos de resgate histórico, numa maior presença do ente público, não apenas como o mentor, mas, também como o elo condutor para a manutenção, e, porque não, na ressignificação de um passado que foi tão importante para o nosso país.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. G. **Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro**. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Paulo Petersen (org.) - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, 168 p.

BALSAN, R. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira/decurent impacts of the Agriculture modernization in Brazil.** CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, 2006.

BENI, M. S. \_\_\_\_\_. **Análise estrutural do turismo.** 12. ed. São Paulo: SENAC, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil.** Brasília: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: <[http://www.idestur.org.br/download/E\\_Diretrizes\\_TR.pdf](http://www.idestur.org.br/download/E_Diretrizes_TR.pdf)>. Acesso em 12 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Marcos\\_Conceituais.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf)>. Acesso em: 18 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado /** Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 170 p.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Atlas, 2005.

FAVARETO, A.; DA VEIGA, J. E. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão.** FAPESP, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAESTRELLI, S. R. **A pluriatividade como fator de desenvolvimento do espaço rural do Médio Vale do Itajaí.** Revista de Ciências Humanas, n. 31, p. 183-201, 2002.

PARRA, C. S.; SILVA, C. P.; CHEHADE, M. B. **Agroturismo como fonte de renda para pequenos agricultores.** Revista Científica Eletrônica Turismo, a. 3, v. 5, p. 1-7, 2006.

PIRES, M. C. **Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino.** 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/10.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2016.

RODRIGUES, A. B. **Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia.** Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, p. 51-68, 2000.

SILVA, F.; BEZERRA, D. **Educação e as várias abordagens disciplinares.** Revista Espaço Acadêmico, v. 11, n. 122, p. 36-43, 2011.

SILVA, J.; VILARINHO, C.; DALE, P. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil.** Caderno CRH, v. 11, n. 28, 1998.

WANDERLEY, M. B. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro.** In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Paulo Petersen (org.) - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, 168 p.